

Acerca da ideia de grupo e a produção de conhecimento científico encarnado

CLEBEMILTON GOMES NASCIMENTO*

Resumo: Em tempos de cruzada contra o conhecimento científico, anti-intelectualismo, e desqualificação das ciências humanas e sociais, proponho uma reflexão teórico-epistemológica acerca da ideia de grupo de pesquisa desde meu lugar de pesquisador-docente fazendo pesquisa sobre a produção de um conhecimento situado no campo dos estudos de gênero e sexualidades. Para tanto, lanço-me nas experimentações do “Pesquisador Encarnado”, uma modelagem ético, estética e política, tecida no saber fazer cotidiano de um grupo de pesquisa, comunidade epistêmica na qual estou filiado, tensionando suas potencialidades e limites para a construção de uma ciência efetivamente colaborativa e decolonial.

Palavras-chave: Cartografia; Decolonialidade; Ética; Estética; Experiência; Pesquisador(a) Encarnado(a).

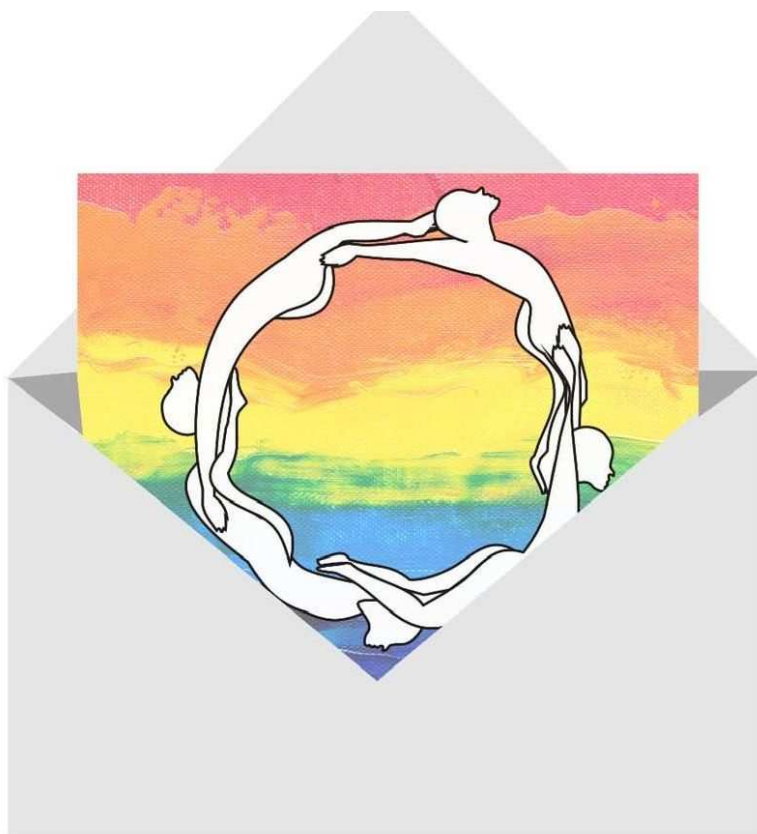
About the idea of group and the production of scientific embodied knowledge

Abstract: In times of crusade against scientific knowledge, anti-intellectualism, and disqualification of the human and social sciences, I propose a theoretical-epistemological look at the idea of a research group from my place as a researcher-teacher doing research on the production of knowledge located in the field of gender and sexuality studies. To this end, I put myself into the experiments of the “Pesquisador Encarnado”, ethical, aesthetic and political modeling, constructed in the daily know-how of a researcher group, an epistemic community in which I am affiliated as a researcher, tensioning its potential and limits for the construction of a effectively collaborative and decolonial science.

Key words: Cartography; Decoloniality; Ethic; Aesthetics; Experience.



* CLEBEMILTON GOMES NASCIMENTO é Professor Assistente da UNEB. Licenciado em Letras (UFBA); doutorando no Programa Multidisciplinar e Multinstitucional em Difusão do Conhecimento (UFBA/UNEB/IFBA/LNCC/IFBA/SENAI-CIMATEC); bolsista da FAPESB.



A problemática em questão

No momento atual, produzir conhecimento científico no Brasil se impõe como um ato de resistência e persistência ontológica, epistêmica e organizacional. Para aqueles/as pesquisadores/as que enunciam desde grupos de pesquisas nas universidades brasileiras fora do eixo hegemônico do sul e sudeste do país, ou distante dos considerados centros de excelência, essa é uma tarefa duplamente desafiadora. Esse cenário tende a ser ainda mais agravado quando se trata do campo das humanidades, especialmente dos estudos de gênero e sexualidades. Nesse contexto, se insere a comunidade epistêmica e institucional Enlace da Universidade do Estado da Bahia na qual estou filiado.

Este artigo tem como objetivo tensionar a ideia de grupo a partir do contexto do núcleo de pesquisa Enlace, mais precisamente nas suas experimentações em torno da construção utópica de uma *pesquisa encarnada* materializada na modelagem do/a *Pesquisador/a Encarnado/a*¹. O giro teórico-epistemológico decolonial que (pretendemos²) fazer tem a ver com o compromisso com as justiça nas suas dimensões: social, racial, sexual, religiosa e, principalmente epistêmica.

Desse modo, antes de avançar na discussão proposta, interessa demarcar as condições de produção dessa escrita. Quem aqui escreve é um sujeito cuja subjetividade corpórea se projeta no acontecer de pelo menos três experiências convergentes: a) da

¹ Para saber mais sobre a perspectiva do/a Pesquisador/a Encarnado/a sugiro ver: (MESSEDER, 2020^a; 2020b) e Messeder e Nascimento (2020) nos vários capítulos que compõem a obra.

² Ao leitor, peço que não estranhe se a voz em primeira pessoa do singular se confundir com a primeira pessoa do plural em muitos momentos. Ao falar de grupo, o individual está quase sempre contido no coletivo pois espera-se que as vozes individuais não sejam apagadas por uma ideia de coletivo que homogeneíza, nem tampouco desejamos um coletivo que silencie as vozes e protagonismo de todos em suas singularidades.

condição de pesquisador no campo dos estudos de gênero e sexualidades em sintonia com as atividades de docência e extensão universitária³; b) das experimentações em torno da perspectiva do *Pesquisador Encarnado*, modelagem ética, estética e política em processo no território do Núcleo de Pesquisa Enlace, tensionando os modos de produzir e fazer a gestão do conhecimento⁴ interna e externa ao grupo; c) das observações empíricas na pesquisa que desenvolvo⁵ atualmente com/sobre pesquisadores/as líderes de grupos de grupos de pesquisas.

Dessa alquimia entre sujeitos, tempos, espaços e corpos políticos atravessados por subjetividades, desejos e afetos em seus horizontes teórico-epistemológicos pretendo, bem ao modo do cartógrafo, acompanhar os processos, fluxos, vetores e movências de sentido pertinentes ao estatuto de grupo. Assim, diante desse desafio, me coloco no âmbito da problematização na medida em que:

[...] ela elabora para suas propostas as condições nas quais possíveis respostas podem ser dadas; define os elementos que constituirão aquilo que as diferentes soluções se esforçam para responder. Essa elaboração de uma dada questão, essa transformação de um conjunto de complicações e dificuldades em problemas para os quais as diversas soluções tentarão trazer uma resposta é o que constitui o

ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento. (FOUCAULT, 2010).

Feitas as considerações iniciais, passarei a contextualizar o grupo de Pesquisa Enlace no seu território institucional e figurações epistêmicas. Em seguida, discutirei a perspectiva do Pesquisador Encarnado e suas implicações éticas, estéticas e políticas dialogando com a ideia de grupo de pesquisa. Para finalizar, apresento algumas considerações finais ainda que inconclusas.

O estabelecimento das ideias

Alguns dos mais importantes e atuantes grupos de pesquisa em gênero, sexualidades e *queer* na Bahia foram criados nas duas últimas décadas (2009-2019). Esse crescimento quantitativo e qualitativo decorreu da política de governo traduzida na existência de editais que fomentaram as pesquisas do campo e nos inúmeros eventos da última década, além de um grande investimento na institucionalização dos temas. Durante esse período, foi possível observar três importantes movimentos nesses estudos: um primeiro momento de *euforia*, (significativo aumento de projetos, linhas e grupos de pesquisa), *consolidação* (fortalecimento de grupos através de diversas ações com alguns deles alçados ao status de núcleo), e por último, as tentativas de *desmonte*, marcando o acirramento dos ataques ao campo. Esse último estágio, diz respeito a um processo mais global que

escopo para dar conta de pensar relações mais colaborativas, humanizadas e comprometidas com as justiça em todas as suas dimensões e a emancipação humana.

⁵ Refiro-me ao projeto de pesquisa de doutoramento em andamento cujo objetivo é de compreender os processos de produção, gestão e difusão de conhecimento científico mediante a trajetória dos líderes de grupos de pesquisas sobre gêneros, sexualidades e *queer* do Estado da Bahia. Pesquisa desenvolvida no Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (UFBA) e orientada pela professora Suely Aldir Messeder e com o apoio da FAPESB.

³ Estou me referindo a minha trajetória como docente-pesquisador ao longo da última década na UFBA como professor substituto da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFBA (Bacharelado em Gênero e Diversidade) e como efetivo no Departamento de Ciências Humanas-Campus XXIII e V da UNEB (Curso de Letras).

⁴ A literatura corrente e especializada dispõe de uma série de definições para o conceito de gestão do conhecimento. Aqui, procuro me afastar das abordagens hegemônicas que me parecem contaminadas por um viés capitalista e apropriado para pensar os conhecimentos tácitos nas empresas e visando a otimização dos lucros. Por hora, me alinho ao esforço de Fróes Burnham (2012) de ampliar seu

marca a ascensão de uma narrativa política hegemônica da extrema direita, denominada por Galeffi (2020) de *anti-intelectualismo nazicapitalista*, fenômeno que agencia o que se pode chamar de “psicopoder” e “psicopolítica” (HAN, 2018).

Dentro desse cenário de avanços, descontinuidades e reinvenções do campo é que nasceu em 2010 o grupo de pesquisa Enlace como desdobramento do já consolidado Seminário Enlaçando Sexualidades que teve cinco edições entre 2009 e 2017. Cabe ressaltar ainda que apesar de ter sido pensado inicialmente como um *locus* de irradiação de produção e difusão de conhecimento no campo das Relações de Gênero e Sexualidades, o grupo foi se ampliando para acolher outras agendas e outros sujeitos que foram ganhando espaço na reestruturação de suas linhas de pesquisas⁶. Outro movimento também se deu com a construção de redes colaborativas e novas inflexões epistemológicas a exemplo da perspectiva do Pesquisador Encarnado.

Cabe ressaltar que o território institucional do grupo Enlace é a Universidade do Estado da Bahia que na sua estrutura de multicampia. Apesar das tentativas de enfraquecimento da autonomia universitária, ainda assim a UNEB é um projeto bem sucedido de democratização do ensino superior no interior de um estado marcado por grandes desigualdades. Nesse ponto, nossa construção enquanto sujeito pesquisador foi sendo interpelada pelos marcadores sociais da diferença que forjam a nossa existência e nossa entrada na ordem do discurso reivindicando um lugar legítimo de enunciação epistêmica dentro da universidade.

⁶ O Enlace foi certificado como grupo de pesquisa pelo CNPQ em 2010 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e está estruturado em quatro linhas de pesquisas.

Para Suely Messeder (2020b), idealizadora e coordenadora do Enlace, para que o grupo sobrevivesse na academia foi necessário atender as exigências de internacionalização e alguns critérios exigidos pelos órgãos de avaliação garantindo, minimamente, o seu reconhecimento científico e sua existência epistêmica e institucional. Por outro lado, exigiu que nos reinventássemos em uma ética de coexistência com a nossa ancestralidade, esforço que também se traduziu no compromisso com nossas agendas de lutas tão diversas.

Além disso, era vital não ficar presos ao nicho das Relações de gênero e da sexualidade, mas investir em análises mais interseccionais. Era preciso contornar um risco de guetização dos temas e, com isso, convertê-los em um identitarismo fragmentador. O desafio de uma pesquisa encarnada pressupõe um mergulho na experiência, no autobiográfico sem nos limitarmos às memórias e histórias de vida. Para tanto, radicalizamos na presença de corpos políticos encarnados em marcadores como classe, raça, gênero e sexualidade, religião.

Além disso, conforme nos lembra Messeder (2020b, p.49) o/a Pesquisador/a Encarnado/a nos reporta à possibilidade de agenciamento de sujeitos subalternizados e considerados(as) abjetos(as) produzindo um tipo de ciência sem a “‘famosa’ dicotomia corpo-mente, sem, necessariamente, uma verdade absoluta, sem decisões monocráticas, sem suposições de neutralidade, sem o viés ideológico capitalista predatório”. É nesse limiar de reinvenções que nos adensamos na modelagem do Pesquisador Encarnado não só como uma aposta teórico-metodológica,

estruturamos em quatro linhas de pesquisa: a) produção, gestão e difusão do conhecimento; b) educação e trabalho; c) sexualidades e direitos humanos; d) corpos, gêneros e sexualidades na literatura e textualidades da cultura.

mas como forma de enfrentamento da colonialidade do ser, saber e poder (MIGNOLO, 2008; MALDONADO-TORRES, 2007), um modo próprio e apropriado de orientar a nossa produção e difusão do conhecimento para comunidades ampliadas (FRÓES BURNHAM, 2010), de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008), de orientar as nossas intervenções políticas.

Dessa forma, objetivamente a modelagem do Pesquisador Encarnado vem recebendo importantes contribuições do pensamento feminista decolonial (LUGONES, 2020; CURIEL, 2020; MESSEDER, 2020^a; COSTA, 2009), do conhecimento comum (MAFFESOLI, 2010) e das comunidades de práticas. Por hora, pelo menos para o debate aqui proposto, investiremos nas aberturas para novas narrativas e novos saberes promotores de um *ethos* acadêmico cujos princípios:

[...] se flagram e deflagram em repertórios linguísticos, experimentações, modelagens e atos performativos mais do que meramente como um ato de nomeação pura e simplesmente: 1) consentimento; 2) presença; 3) colaboração; 4) compromisso; 5) ancestralidade; 6) afetações; 7) potências; 8) movimento de aliança; 9) reconhecimento; 10) redistribuição. Nesta senda, buscamos: a) assegurar uma ética no grupo e entre os membros do grupo; b) realizar a política de citação local; c) realizar a geopolítica do conhecimento; d) realizar a colaboração entre os membros; e) incentivar a autonomia/criatividade dos seus membros. (MESSEDER, 2020b)

De partida, pensar uma produção do conhecimento pelas lentes do Pesquisador Encarnado pressupõe uma outra arrumação da própria ideia de grupo. Somente assim apreenderemos o coletivo em outras bases, em seus vetores e relações de forças a fim de garantir os dez eixos e diretrizes apresentados por Messeder (2020b) e avançar em tantos outros, sempre um modo de abalar as estruturas de colonialidade e tensionar os privilégios epistêmicos.

Compreender as estratégias de grupo que estrutura nossos discursos e práticas capturáveis no per(curso) do saber fazer da pesquisa encarnada é o ponto de partida do processo investigativo do pesquisador encarnado. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) define grupo como sendo “um conjunto de indivíduos que se agrupam, interagem e trabalha com um objetivo em comum para satisfazer objetivos coletivos de produzir conhecimentos por meio de atividade de pesquisa.”⁷ Em linhas gerais, os grupos de pesquisa que produzem conhecimento sobre gênero e sexualidades vem se estruturando a partir do entrelaçamento de atividades de cunho prático, político e acadêmico. Em alguns casos, esses coletivos carregam na própria denominação a dupla orientação Pesquisa e Extensão. Em torno dessa definição envolvendo a ideia de grupo repousa alguns pontos problemáticos que serão discutidos a partir desse ponto.

O primeiro, tem a ver mais diretamente com a presença, o consentimento e a colaboração. Para Anderson Ferrari (2019)⁸, “um grupo de pesquisa é um envelope em branco”⁹. Essa interessante

⁷ Disponível em <http://lattes.cnpq.br> acesso em 04/07/2020.

⁸ Professor e pesquisador do campo de gênero e sexualidade da Universidade Federal de Juiz de Fora/Minas Gerais com Mestrado e Doutorado em Educação.

⁹ Fala proferida no V Seminário do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e

Contemporaneidades cujo tema foi “As pesquisas em Relações Étnicas: discriminações proposições, evento realizado na cidade de Jequié- Bahia, no campus da UESB (22 a 24 de março de 2019). A palestra intitulada “A formação da(o) pesquisador(a) nos cursos de pós-graduação: produção intelectual e inserção nos grupos de pesquisas” em 22 de março de 2019.

analogia produzida pelo pesquisador em uma de suas falas públicas, é um convite para pensar a polissemia da construção discursiva “grupo de pesquisa” nos situando no debate a partir de nossas múltiplas experiências enquanto espaço e tempo da coletividade e das relações de pertencimento. Por isso mesmo, ao trazer a metáfora do “envelope em branco”, Ferrari pretende chamar a atenção para toda a complexidade, precariedade e potência inventiva presentes na ideia de grupalidade e seus princípios ético-políticos.

É importante ressaltar que a abordagem individualista de grupo ainda persiste no campo da Psicologia tradicional. Dessa forma, inverter a lógica individualista de grupo vai exigir a superação dessa visão monológica. Por outro lado, reconhecer que o significativo “grupo” não é alguma coisa pronta e acabada, mas sempre um processo, um vir a ser, é acima de tudo, compreendê-lo em sua gênese, no movimento mesmo de produção interna e externa ao indivíduo. Parece razoável admitir que um grupo de pesquisa não pode ser pensado apenas pela noção de indivíduo porque não dá conta de explicar sua complexidade e multiplicidade. É no mínimo redutor, porque não dizer empobrecedor, conceber um grupo como reunião de indivíduos.

Nesse sentido, a metáfora do envelope em branco parece capturar essa zona fulcral que dará espaço ao acontecimento, pelo sujeito que se deixa ser afetado, ser tocado, ou seja, que tem a capacidade da experiência nos termos de Larrosa (2016):

[...] A experiência, a possibilidade de que algo aconteça ou nos toque, requer **um gesto de interrupção**, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, para olhar, para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a vontade,

suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Estamos diante do eixo da presença consentida e dos afetos enquanto política. O contrário disso é a ausência como esvaziamento da potência política e da possibilidade de alianças. A convivência entre pesquisadores/as nos seus ambientes de produção do conhecimento como, por exemplo, as reuniões de grupos de pesquisa, as sessões coletivas de orientação oferecem uma riqueza de conhecimentos tácitos indispensáveis para a produção de conhecimento de/sobre o grupo, nem sempre valorizado em sua força transformadora, ou seja, os afetos. Maíra Kubik Mano, em entrevista pontua que um “grupo de pesquisa pressupõe um posicionamento político, um vínculo entre as pessoas, afeto”¹⁰. Trazer a afetividade e o acolhimento para a dimensão política nos remete ao legado das epistemologias feministas como inspiração para a modelagem do Pesquisador Encarnado. Ainda para Maíra, quando a definição de grupo vem com a palavra feminista junto implica na transformação da realidade.

Vladimir Safatle (2016) sugere que coloquemos em questão o modo de reconhecimento que determina os sujeitos em indivíduos e pessoas e nos chama a atenção para o fato de que transformações políticas efetivas não só mudam os modos de circulação de bens, como também passam a interferir nos regimes de suas economias psíquicas e nas dinâmicas de seus vínculos sociais. Ou seja, as transformações políticas, ainda de acordo com Safatle, modificam também o circuito dos afetos que produzem corpos políticos,

¹⁰ Fragmento da entrevista concedida pela pesquisadora, 14 de outubro de 2019.

individuais e coletivos. Desse modo, para vivenciar as transformações de acontecimentos que começam a se fazer sentir (um movimento encarnado) é necessário nos deixar afetar por novas corporeidades e formas de ser.

O fato de estar em um grupo preenchendo coletivamente esse espaço que é o “envelope em branco” requer abertura ao outro, às diferenças, um exercício de colocar-se nessa zona de conflitos, isto é, operar com os consensos e dissensos. Nesse sentido, um grupo de pesquisa é também (com)formado por aqueles sujeitos que não se expõem devido a uma “incapacidade” de ser passagem, de ser experiência. A ausência, não física, mas de comprometimento e entrega ao âmbito do coletivo (grupo) é decorrente de certa incapacidade no plano da experiência. Por incapaz entende-se “aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se ‘ex-põe’.” (LARROSA, 2016, p. 26).

Se colocarmos em diálogo o cartografo com o Pesquisador Encarnado rumo a trilha da pesquisa cartográfica, consequentemente encarnada, um grupo é um acontecimento que só fará sentido via experiência, um movimento que está aquém e além do indivíduo. É, portanto, nesse intermédio que se produz um coletivo de forças que é um efeito do plano individual com o plano coletivo. Para Escóssia e Tedesco (2015), a noção de coletivo precisa superar a visão dicotômica entre o individual e coletivo. Segundo as autoras, essas relações são estabelecidas entre o plano das formas e o plano das forças, zona de criação na qual são geradas as mudanças.

O plano de forças é também produtor de zonas de ruptura e cisão, de linhas de fuga, da impossibilidade de coexistência no âmbito grupal quando não se permite aberturas múltiplas nas quais as afetividades estão presentes de maneira viva e pulsante. O que se busca com isso é uma arrumação do campo no sentido de

tensionar a dicotomia que organiza essa concepção dominante de grupo, ainda estruturada pelos pares forma/conteúdo, processo/produto, individual/coletivo.

Segundo Virginia Kastrup (2014), um grupo no seu devir cartográfico, está para além das formas hegemônicas de organização das instituições, ou seja, da verticalidade que hierarquiza e da horizontalidade que iguala. O elemento desestabilizador desses eixos é a transversalidade, funcionando como vetores demolidores de fronteiras e promotores de um *campo comum*. Nesse “envelope em branco” no qual se inscreve um grupo, o campo comum é o território das alianças, da colaboração e da celebração. Através dele se produz o sentido de partilha e pertencimento. Por isso mesmo:

[...] não sendo algo que possa supor já dado, o comum se produz por procedimentos que vão a jusante da experiência, acompanhando as práticas concretas que “*comunam*”, uma vez que realizam partilha de um bem comum e, consequentemente, criam o efeito de pertencimento. É comum o que na experiência, é vivido como pertencimento de qualquer um ao coletivo. Trata-se de conceito político por excelência, já que comum é a experiência de ‘decisão concertada’ a que somos convocados e mesmo forçados a fazer na partilha do coletivo. (KASTRUP; PASSOS, 2014, p.20).

Sendo assim, ao menos no interior dessa leitura, teríamos de admitir que o plano comum se distancia das abstrações, abrindo-se para compartilhamentos múltiplos e fluxos em práticas concretas, vetores de contínuas afetações. É, portanto, nos interstícios das conexões produzidas a partir do cotidiano de forças que um grupo é produzido. Nesse entendimento, uma reunião de pesquisadores/as, qualquer que seja a sua configuração, área de atuação ou formação, jamais será um grupo. De acordo com Kastrup e Passos (2014) para você

transformar um conjunto de indivíduo em um grupo há um processo a ser feito, uma dimensão externa a ele que deve ser considerada.

Privilegiar os processos em detrimento da forma como um modo de gestar, de produzir conhecimento é uma dimensão de processualidade do coletivo em um grupo. Conforme ressalta Kastrup e Passos (2014) em um coletivo mobilizado pelo saber fazer cartográfico a ideia de grupo vai precisando da ideia de grupalidade, assim como a noção de sujeito também precisou da noção de subjetividade, tirando de cena a forma para entrar em cena os processos que produzem formas, ou seja, os processos de produção.

Além disso, de forma mais objetiva, outras problemáticas precisam ser aventadas na própria experiência de pertencimento. Em muitos casos, a razão para as pessoas se juntarem em grupos de pesquisas acontece em função de variados fatores, dentre eles as afinidades temáticas. Da mesma forma, pode acontecer em torno de preferências teóricas e ou metodológicas. Grupos de pesquisas são processos geradores de comunidades epistêmicas, aqui pensadas como comunidades cognitivas específicas que mantêm uma relação direta com o conhecimento. Um grupo de pesquisa é uma complexa modelagem que articula des(re)aprendizagens múltiplas

Com efeito, na trilha do Pesquisador Encarnado, uma virada decolonial prescinde de uma análise dos sujeitos em seus contextos, tanto o mais imediato quanto o pano de fundo histórico, político e social mais amplo. Toda produção de conhecimento em tese, depende de quem produz, o que produz, como produz, onde produz e para que produz o conhecimento. Ochy Curiel (2019) mostra que a historicização do pesquisador, aspecto já debatido por Donna Haraway (1995) em suas reflexões sobre os saberes localizados, precisa partir de uma ética que transcenda a

autodefinição, ou seja, não basta evidenciar o lugar de enunciação mas precisa levar em conta elementos como a geopolítica, a raça, a sexualidade, o capital social, dentre outros posicionamentos. Para Ochy, além disso ainda é necessário considerar como produzimos nosso conhecimento, qual o projeto político que está subjacente à produção, além dos quadros políticos e institucionais que estamos produzindo.

Aqui um esclarecimento parece oportuno, sem o risco de digressão desnecessária. A perspectiva do Pesquisador Encarnado não deve ser confundida com a ideia de um “lugar de fala”, ou seja, ancorado em alguma coisa essencializada e meramente identitária. Para começar a enfrentar esse debate, considero fundamental problematizar e não polemizar a própria ideia de lugar, etimologicamente em suas movências de sentido.

Claudia de Lima Costa (2009) apresenta duas importantes considerações para o entendimento do conceito de lugar tanto como uma categoria analítica quanto como um dispositivo político. O primeiro diz respeito a sua dimensão ontológica que não pode ser tomada como algo reificado. O segundo refere-se a compreensão de que quando falamos em lugar estamos diante do múltiplo, fraturado por diferenças e tensões. Assim sendo, torna-se impossível de ser representado através de modelos binários de relações de poder.

O campo teórico-epistemológico e metodológico no qual o pesquisador enuncia dentro de um campo de forças tende a produzir pontos de vistas próprios, particulares. No entanto, esse comum partilhado, intrínseco à própria concepção de grupo de pesquisa, não deve, sob pena de exclusão do outro, do dissenso, ser capturado como propriedade de alguns. O plano do comum não deve ser confundido com um consenso acrítico, mas um abrir-se para as relações interpessoais, intergrupais. Pensado dessa forma, produziremos

“coletivos identitários por meio dos quais podemos criar condições para o acesso do sujeito ao seu plano de subjetivação” (KASTRUP; PASSOS, 2014, p. 26).

A experimentação, dimensão que atravessa o saber fazer do Pesquisador Encarnado, acontece no entrelaçamento do plano coletivo com o público. Ninguém detém o poder de um conceito ou uma teoria acerca de qualquer que seja o objeto investigado, além disso não podemos prescindir de que o conhecimento é um bem público (FRÓES BURNHAM, 2000). Além disso, qualquer giro decolonial e encarnado não pode retroalimentar privilégios tanto acadêmicos quanto de classe, raça, gênero, dentre outros, nem tampouco sustentar narrativas meritocráticas.

Ademais, a perspectiva do pesquisador/a encarnado/a não se fecha em uma identidade unívoca e acabada, portanto em lugares fixos. Nesse sentido, o sujeito pesquisador/a encarnado/a, estará sempre aberto para outras experimentações e elaborações teórico-práticas, também provisórias, porém com o potencial de promover torções e deslocamentos na produção de um conhecimento científico, até então pautado em narrativas hegemônicas.

Uma cultura científica organizacional é formada e forjada a partir de certos processos grupais, consensos em torno de uma coletividade *in process* que precariamente estamos denominando de grupo, (na falta de palavra mais apropriada e menos desgastada). Nesse movimento, interessa por certo, compreendermos o modo como nos tornamos grupo no cotidiano de nossas práticas (modo ser, agir, reagir e representar coisas do mundo).

Na nossa construção de grupo, interessa ainda, tensionar a relação no/com o conhecimento, um certo modo de “gestão de conhecimento” que não está circunscrito a um conjunto de propostas e modelos

aplicáveis e/ou pre(vistos) para atender às expectativas do mercado ou da universidade empresa, mas em um lugar onde o saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. Com Teresinha Fróes Burnham, estamos vislumbrando uma ideia de cultura que tem como princípio:

o desenvolvimento de um ambiente que possibilite relações mais horizontais, em que não prevaleça uma estrutura administrativa que determine posições fragmentadas em superiores, intermediárias e subalternas. Assume-se que essa cultura só pode ser instituída gradual e colaborativamente, levando em conta um contexto sócio-histórico mais amplo, vez que é uma construção sociocultural que não se restringe a organizações isoladas, nem somente a dimensões práticas da gestão do conhecimento; ao invés, tem potencial de articular o que ocorre nesses limites da prática com elementos teóricos para contribuir com uma compreensão mais complexa e multirreferencial dessa atividade humana, assim como as relações com o ambiente e outras organizações nele situadas. (2012, p. 379)

Considerações (in)conclusivas

Após esse percurso em torno das potências e limitações inerentes à ideia de grupo desde as experiências do grupo Enlace, espero ter contribuído, minimamente, tanto com o estatuto de uma pesquisa com um devir encarnado, quanto para outras reflexões que enformem outros modos de ser e estar em grupo, em outras singularidades, em outras figurações. Espero ainda que o nosso *modus operandi*, com suas potências e limites, porém aberto, provisório e suscetível a autocríticas permanentes possa inspirar outras experimentações, da mesma forma úteis para a superação de problemas na produção e gestão de grupos e núcleos de pesquisas em nossas universidades públicas.

Vimos, sobretudo, que produzir conhecimento consiste em entender e acompanhar processos de produção de subjetividades. Assim sendo, um grupo de pesquisa é sempre uma idealização, um devir utópico-producente, jamais um significante incontestado, mas eivado de possíveis interpretações e intensidades, inclusive nos seus objetivos e eixos estruturantes. Um grupo de pesquisa é o lugar onde se espera encontrar uma certa unidade na diversidade, um conjunto solidário, um lugar de enunciação ontológica, epistemológica, cosmológica, ético-política (NASCIMENTO, 2020). Com isso, o “envelope em branco”, essa metáfora aqui acionada para falar de grupo, remete à diversidade, diferença, pluralidade, deslocamento, coexistência, variedade, difusão e propagação.

Um grupo de pesquisa assim como a experiência é, portanto, uma categoria vazia, um projeto que sempre nasce das mãos de um alguém, que detém a qualificação necessária para facilitar sua viabilidade, mas que pode ser transformado em tessituras coletivas e políticas comuns, sem que para isso seja necessário o gesto “microfascista”, ainda que inconsciente de eliminar o outro, o pensamento contrário e o dissenso. Por trás da ideia de grupo há sempre um projeto pessoal que passa a ganhar um alcance coletivo com a aderência de outros sujeitos e projetos que se juntam e passam a integrar. Em uma configuração mais democrática e horizontalizada, essa proposta inicial pode ser modificada para atender a uma expectativa coletiva, ampliada a outros quereres.

Por fim, a construção discursiva “grupo de pesquisa” é um território de criação, existência e resistência em redes (colaborativas, afetivas, institucionais). Acolher a perspectiva do Pesquisador Encarnado em nossas práticas de pesquisas implica em tensionar uma outra ideia de universidade. No contexto de nossas

utopias e lutas, grupo é um significante prementemente contestado, por vezes reinventado, subvertido e ampliado. Dentro dessa utopia, teremos que cultivar o zelo por uma ética outra, uma ética partilhada (GALEFFI, 2020), produzindo conhecimento científico com um rigor outro (GALEFFI, 2009).

Assim fazer produzir conhecimento encarnado, assim como o ato de cartografar é habitar um território existencial no qual o ato cognitivo não pode ser considerado como desencarnado, ou seja, um exercício de abstração sobre determinada realidade. O plano comum que circunscreve as nossas práticas com as quais temos sempre muito a aprender, exige sempre que aprofundemos a construção de “um território que exige um saber ‘com’ e não ‘sobre’” (ALVAREZ; PASSOS, 2015, p. 141).

Com isso, conclui-se que o sujeito encarnado, pressuposto para o Pesquisador Encarnado é visceral, fracassa em sua ilusão de manter-se vivo, autossuficiente, não se sustenta na tentativa de ficar preso a uma ordem pessoal estritamente, ele transborda e precisa do outro, dos outros, da coletividade para relatar e criar significado de si mesmo e de outro. Na gestão da vida quanto na gestão epistêmica, o diálogo é inerente ao movimento de encarnar-se. Ele se revela no processo, no inacabamento, na dúvida e na provisoriedade. Ele é a costura e não o tecido.

Referências

- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA. (Org.). **Pistas do método da cartografia; Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- COSTA, C. L. Histórias/estórias entrelaçadas do[s] feminismo[s]: introdução aos debates. **Revista Estudos Feministas**, 17(1), 296, janeiro-abril, 2009.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento**

feminista hoje: perspectivas decoloniais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA. (Org.). **Pistas do método da cartografia; Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

FOUCAULT, Michel. “Polêmica, política e problematizações”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 225-233.

FRÓES BURNHAM, **Análise Cognitiva, uma nova área do conhecimento; analista cognitivo, uma nova profissionalidade.** Salvador, 2010. Mimeo.

_____. Gestão do conhecimento: algumas bases para a compreensão do conceito de gestão. In: FRÓES BURNHAM et al (Orgs.). **Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: currículo, educação à distância e gestão/difusão do conhecimento.** Salvador: EDUFBA, 2012.

GALEFFI, D. A. O rigor nas pesquisas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: PIMENTEL, Álamo Gonçalves; GALEFFI, Dante Augusto; MACEDO, Roberto Sidnei. **Um rigor Outro: a questão da qualidade na pesquisa qualitativa – Educação e Ciências Humanas.** Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. O anti-intelectualismo nazi-capitalista emergente e o papel do conhecimento científico, filosófico, artístico como resistência crítica e criadora na difusão social do conhecimento. **Revista Sul-Sul de Ciências Humanas e Sociais.**v.1, n.01, 2020.

HAN, Byung-Chul. **No exame.** Perspectivas do digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, **Cadernos Pagu**, (5), 1995:07-42.

KASTRUP, V.; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. In: Passos, E; Kastrup, V.; Tedesco, S.H. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum** - vol.2. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2014, v. 1, p. 15-41.

LARROSA, J. Tremores: **escritos sobre a experiência.** 1ed. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MALDONADO-TORRES, N. **On the colonality of being: contributions to the development of a concept.** *Cultural Studies*, 21, 2007, p. 240-70.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

MESSEDER, S. A. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção da saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 a.

_____. Em cena o pesquisador o (a) pesquisador(a) encarnado(a): um conceito ou instrumental teórico-metodológico. In: MESSEDER, S. A.; NASCIMENTO, C. G. do (Orgs.). **O/A Pesquisador/a Encarnado/a: experimentações e modelagens no saber fazer das ciências.** Salvador: EDUFBA, 2020 b.

MESSEDER, S. A.; NASCIMENTO, C. G. do (Orgs.). **O/A Pesquisador/a Encarnado/a: experimentações e modelagens no saber fazer das ciências.** Salvador: EDUFBA, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

PASSOS, Eduardo (Org.); KASTRUP, V. (Org.) ; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.) . **Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa - intervenção e produção de subjetividade.** 02. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009. v. 1. 207 p.

PASSOS, Eduardo ; KASTRUP, V.. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. In: Passos, E; KASTRUP, V.; TEDESCO, S.H. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum** - vol.2. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2014, v. 1, p. 203-237.

QUIJANO, A. **Colonialidade del poder y clasificación social.** *Journal of World-Systems Research*, 6(2), 2000, p. 342-86.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editorial, 2016.

Recebido em 2020-07-01
Publicado em 2020-07-21